

## CAPÍTULO 3

# A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANA DO FUTURO PROFESSOR: CAMINHOS DE UMA REVISÃO INTEGRATIVA

*Data de aceite: 02/05/2024*

**Lorena Mota Catabriga**

**Vânia de Fátima Matias de Souza**

Este capítulo de livro é fruto de uma pesquisa apresentada no Evento intitulado "IX Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC)" e foi publicado também nos anais de evento, tendo algumas alterações feitas para a publicação atual.

### INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores é fundamentada na articulação entre teoria e prática, por meio de cursos de licenciatura ministrados em instituições de ensino superior (IES). Esses cursos têm como principal objetivo preparar futuros profissionais para a carreira docente, seja no âmbito da educação básica ou do ensino superior, abrangendo uma variedade de modalidades e níveis de ensino. (Brasil, 2016)

Essa preparação é centralizada na ação e atuação profissional, visando capacitar os estudantes para enfrentar os desafios da prática educacional, adquirir

prática pedagógica conseguir compreender diferentes contextos educacionais. Essa abordagem busca garantir que os futuros professores estejam aptos a lidar com a diversidade de alunos, metodologias de ensino e ambientes de aprendizagem que encontrarão ao longo de suas carreiras.

Reiterada, a base estrutural da organicidade, estruturação e sistematização do processo formativo em que se sustenta a articulação da formação inicial com a educação básica e suas relações com o campo educativo, a Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015, evidencia que o processo formativo deva configurar seus currículos e respectivas matrizes curriculares, tendo como foco oportunizar a partir o ensino, a pesquisa e a extensão, aprimorar a prática educativa a partir das propositivas de imersão e conhecimento do campo interventivo a partir de processos experienciados e trazidos à pauta da discussão no campo formativo.

Na sequência, tendo as modificações na base estrutural dos cursos de formação, a Resolução CNE/CP nº 2

de dezembro de 2019, passa a substituir a Resolução CNE/CP n. 2/ 2015, passado a adotar como a centralidade do processo formativo. A Res. CNE/CP n.02/2019, traz consigo mudanças estruturais significativas ao processo formativo, ao deliberar nas diretrizes para a formação de professores um discurso centrado no modelo dos princípios de uma formação conteudista, centrada nas habilidades, competências e objetos de conhecimento como predominância para com o processo formativo.

Inconstantes mudanças ecoam entre as Resoluções de 2015 e 2019, sendo a Res. CNE/CP n.02/2019 (Brasil, 2019), o reflexo do discurso para a educação globalizada pautada já na Agenda 2030, cujos interesses de manutenção e efetivação do sistema posto na sociedade, passa a configurar-se a partir das normativas estruturais e legais do campo da educação. Afinal, como afirma Bourdieu (1992) faz-se necessário considerar que a formação do sujeito se constitui a partir do ambiente social e familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição, ou seja, um habitus familiar ou de classe e passam a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação. Logo, a formação inicial, acabar por ser adotada pelos grupos sendo, então, incorporadas pelos sujeitos como parte do seu habitus, consolida-se como na manutenção do sistema vigente, isto porque para Bourdieu (1992, p. 11), por meio “das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes”.

Esse cenário delibera para a sustentação do entendimento de que a formação inicial de professores, estrutura-se a partir da legalidade estabelecida a priori para atender as necessidades e peculiaridades de diferentes lócus formativos, atrelado, entretanto, essencialmente pelas relações sócio-políticas que fundamentam a organicidade da própria sociedade.

A partir desses construtos formativos, e partindo do pressuposto que a educação se configura por meio de campos formativos, ou como deliberado pela Resolução CNE/CEP n. 02/2019 (Brasil, 2019) em seu art. 4, o exercício formativo deve configurar-se caracterizado pelas “competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. Sendo: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional”. Para tanto, os cursos de licenciatura, seguindo os pressupostos básicos das diretrizes de formação docente, disponibiliza no Ensino Superior, cursos de acordo com os componentes curriculares ou disciplinas da matriz curricular da educação básica.

Dentre os campos de conhecimento que compõem os componentes curriculares obrigatórios da educação básica, tem-se a Educação Física (EF), estruturado no processo de formação inicial de professores a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, que o regulamenta como sendo uma área de formação docente na qual o movimento humano sendo este o objeto de estudo, a partir de diferentes modalidades e práticas corporais.

Cumprindo o estabelecido pela DCNs, compreende-se como sendo necessário que o futuro docente deve ser capaz de articular os conhecimentos apresentados de forma que desenvolva habilidades como autonomia e capacidade de crítica, estas serão de grande valia durante o curso e irão contribuir para a sua formação humana como um todo (Brasil, 2018). Como consequência, define que a EF com habilitação em licenciatura busca formar profissionais que irão atuar na educação básica (mas não só nela), esses profissionais devem compreender a educação e suas pluralidades valorizando princípios que buscam levar o ensino para todos. (Brasil, 2018)

Seguindo essas normativas estruturais para a aplicabilidade da resolução na prática, o curso ofertado, ainda centra-se na legitimidade da organicidade da universidade, que pauta-se na tríade ensino, pesquisa e extensão, sob a égide de que por meio dessas experimentações e vivências no campo profissional, tendo o conhecimento no campo teórico e prático, ou seja, efetivando a práxis, o futuro profissional, vai delineando e desenhando sua identidade profissional, respondendo de forma significativa aos anseios e expectativas trazidas e posta da/pela comunidade escolar, desenvolvendo suas competências e habilidades de forma reflexiva, buscando romper com a alienação dada na especificidade da reprodução do sistema.

O tripé ensino-pesquisa-extensão, que rege os processos formativos da Instituição de Ensino Superior (IES) quando integrados de forma associada ao currículo formativo e ao perfil identitário almejado possibilita o reconhecimento da prática profissional do futuro professor, uma vez que por meio do conjunto de vivências que se pode amadurecer e criar um senso crítico e analítico. Dessa forma, e o futuro professor de educação física, escolhe durante seu processo formativo o campo de atuação trazido na habilitação (licenciatura ou bacharelado) que pretende atuar, existem conteúdos e disciplinas que são comuns as habilitações e que são responsáveis por desenvolver no docente o sentido da formação humana e a criticidade e que irão permitir levar ao campo escolar um processo de amadurecimento e autonomia em seus estudantes.

Outrossim, associado às mudanças na estruturação da configuração da formação docente a partir das diretrizes de 2019, aplica-se ainda, a obrigatoriedade dos cursos de graduação a implementação da curricularização da extensão firmada pela Resolução CNE/CES. 7/2018 (Brasil, 2018), cuja premissa basilar da discussão, sustenta-se na argumentativa de que a curricularização da extensão, torna-se uma necessidade uma vez que possibilita aos cursos irem além das proposições oferecidas pelo curso de graduação, busca efetivar a égide de Universidade e comunidade, uma vez que a ação extensionista rompe com os muros das IES, ou seja, tem como foco a aplicabilidade do discurso de levar a Universidade até a sociedade, isto porque sua prática ocorre fora da delimitação física da IES. Entretanto o processo de extensão é repleto de debates acerca de sua curricularização que advém das novas diretrizes.

Das obrigatoriedades postas, observa-se no documento que “A extensão deve compor no mínimo 10% da carga horária estudantil e deve estar presente dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos curso de graduação, estes deverão “ressaltar o valor das atividades de extensão”

Diante do exposto, surge a necessidade de compreender o que se apresenta na literatura em relação a curricularização da extensão em especial no campo da educação física, e se de fato ela se legitima na prática curricular ou apenas se mantém enquanto uma proposta pedagógica nos currículos dos cursos.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa amparou-se nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa, a qual Gil (2002) afirma que depende de diversos fatores, pois trata-se de um processo que advém de uma sequência de atividades e Minayo e Guerriero (2014) reiteram que

As pesquisas qualitativas estão fortemente conectadas com os desejos, as necessidades, os objetivos e as promessas de uma sociedade democrática, pois os pesquisadores que atuam nesses campos devem assumir compromissos de cidadania com as pessoas e os temas com os quais trabalham.

Para verificar e compreender as análises já empreendidas no campo acadêmico acerca da temática (curricularização da extensão) optou-se por realizar uma revisão de literatura (integrativa) esta etapa de investigação possibilita descrever o que já se sabe, as lacunas e os principais entraves teóricos e/ou metodológicos de determinada área de pesquisa. (Luna, 2017, P.87-88; Miesse, 2022)

Dedica-se esta etapa à contextualização teórica do problema e sua relação com o que tem sido investigado a seu respeito. Procede-se esclarecer os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa e as contribuições de investigações anteriores, buscando sintetizar os achados das pesquisas anteriores na compreensão de um fenômeno específico (Crossetti, 2012; Gil, 2002)

Para investigar como a curricularização da extensão se apresenta no âmbito da educação física e a sua legitimação, utilizou-se as bases de dados Scielo, Pubmed, Google Acadêmico, Lilacs, Portal Periódicos CAPES e Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES, com os descritores “Curricularização da Extensão” e “Educação Física” combinados com o operador booleano AND. Delimitou-se um recorte temporal de 2018-2022, adotou-se este período intencionalmente pois se trata do ano em que a Resolução N° 7 de 18 de Dezembro de 2018 foi efetivada. Esta resolução estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na meta 12.7 da Lei 13.005/2014.

Como resultado da busca nas bases de dados, encontrou-se 215 artigos que foram analisados a partir de critérios de inclusão e exclusão. Para a inclusão foram adotados os seguintes critérios: a) ser artigo original; b) ter sido publicado no período 2018 à outubro

de 2022; c) abordar a temática da curricularização da extensão ou da extensão nos cursos de educação física. Foram excluídos os artigos que: a) abordavam a curricularização da extensão de maneira geral, abordando outros cursos que não a educação física; b) Se tratam de Projetos Políticos Pedagógicos e/ou currículos de cursos; c) Produção de caráter de relato de experiência, revisão, ensaio, resenha, anais de evento, podcasts, resoluções e leis; d) Estudo duplicado.

A análise inicial se constitui por meio da leitura do título, resumo e palavras-chave, seguido da leitura dos textos na íntegra, dos 215 textos iniciais. Após o levantamento e análise da literatura disponibilizada (Figura 1) segundo os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 4 artigos, os quais se encontram evidenciados nesta pesquisa.

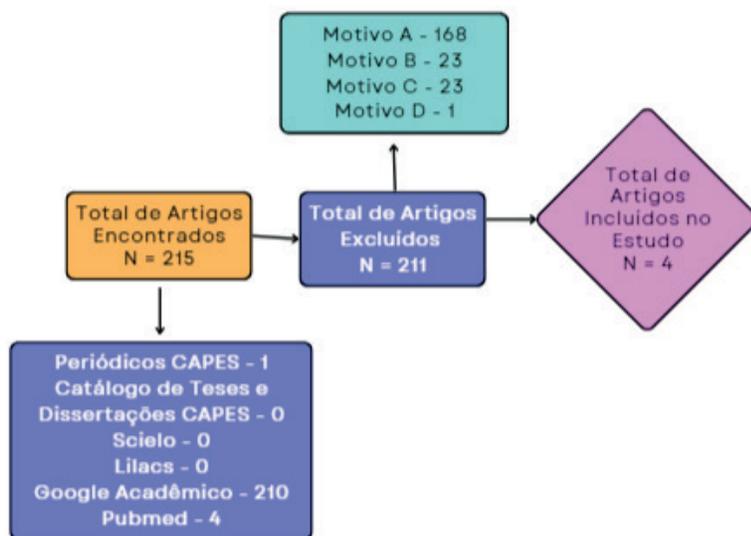


Figura 1 – Fluxograma do levantamento e análise das produções encontradas.

Fonte: A autora.

Identificou-se os seguintes artigos aptos para discussão; Artigo 1 – “Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física” (Nozaki, Hunger, Ferreira, 2022) publicado na Revista Brasileira de Extensão Universitária; Artigo 2 – “A curricularização da extensão: Feedback de acadêmicos do curso de educação física sobre uma vivência realizada junto ao projeto atenção à saúde da pessoa com deficiência da unijuí” (Ávila *et al.* 2022) publicado na Revista Biomotriz; Artigo 3 – “Contribuição da extensão universitária na formação em educação física” (Da Costa *et al.* 2022) publicado na Revista Brasileira de Extensão Universitária; Artigo 4 – “A extensão universitária e suas interfaces com a formação inicial em educação física” (Hartwig *et al.* 2022) publicado na Revista Biomotriz.

Para iniciar a discussão optou-se pela análise dos artigos selecionados embasando-os nos princípios da análise de conteúdo, método de Richardson (2017). Foram criadas categorias para temáticas comuns que permitem a classificação de assuntos, a priori propõe-se um isolamento dos temas de registro que em seguida terão partes específicas retiradas que irão auxiliar na interpretação dos estudos. (Flores *et al.* 2020)

Foram sistematizadas as categorias de análise: a) Mapeamento dos autores das produções selecionadas; b) Mapeamento das Revistas onde as pesquisas foram publicadas; c) Principais temáticas das pesquisas selecionadas sobre a extensão e a curricularização desta. Adotou-se a frequência (f) para uma melhor organização das proximidades e distanciamentos dos resultados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Mapeamento dos autores das produções selecionadas

A análise dos artigos que abordam a temática da curricularização da extensão permite a identificação dos autores responsáveis pelas produções e as regiões as quais estes pertencem no cenário brasileiro. Em relação a região geográfica em que os autores realizam pesquisas acerca da extensão universitária e sua curricularização, destaca-se a região Sul (f= 14), seguido da região Sudeste (f=3), Centro-Oeste, Nordeste e Norte não apresentam pesquisas selecionadas e, portanto, f=0.

Ao olhar para as instituições de ensino superior (IES) vinculadas a esses autores e pesquisadores destaca-se a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) (f=9), antecedendo a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (f=5), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (f=3) e a Universidade Estadual Paulista (f=3). É possível destacar que ambas produções da região Sul possuem um número mais elevado de autores do que na região Sudeste, apresenta-se também de forma relevante a comunicação entre diversos setores como no de Nozaki, Hunger e Ferreira (2022) em que há uma parceria autoral entre duas pesquisadoras doutoras em educação e educação física e uma pesquisadora mestra em ciências do movimento que é professora de educação física na educação infantil, o que demonstra um possível indicativo de que a extensão universitária chega até as portas da escola e da comunidade.

No artigo de Ávila et al. (2022) apresenta-se um emaranhado de cursos da graduação e pós-graduação da área da saúde (Medicina, Nutrição, Fisioterapia, Alimentos e Nutrição e Educação Física) o que afirma a importância da interdisciplinaridade no campo da pesquisa acadêmica uma vez que o artigo aborda o feedback de acadêmicos do curso de educação física acerca de vivências em um projeto de atenção à saúde da pessoa com deficiência na universidade.

Nas produções de da Costa *et al.* (2022) e Hartwig *et al.* (2022) há uma mescla entre discentes e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação em educação física na qual o foco principal se apresenta nas contribuições e possibilidades da extensão universitária na formação inicial no campo da educação física.

Ao verificar o portal de notícias localizados nos sites das universidades, utilizou-se a barra de pesquisa com os descritores “Educação Física” e “Extensão”, constatou-se que os cursos de educação física apresentam diversas opções de projetos de extensão coadunados com a comunidade, destacando artigos publicados pela instituição, projetos internacionais, nacionais e regionais que apresentam benefícios para a população acadêmica e geral. O único site que não foi encontrado notícias sobre o tema ao utilizar os descritores na barra de pesquisa foi o site da UNESP, o que pode ser um indicativo da falta de incentivo na área.

## **Mapeamento das Revistas onde as produções foram publicadas**

No quadro abaixo localiza-se as produções e as revistas em que foram publicadas, aparecem duas, a) Revista Brasileira de Extensão Universitária; b) Revista Biomotriz.

A Revista Brasileira de Extensão Universitária (Revista 1) objetiva “o intercâmbio de práticas, reflexões e resultados de ações de extensão desenvolvidas pelas Universidades, por meio de uma rede ampla e diversificada de atores e instituições sociais” e é vinculada ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras, em uma parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul.

A Revista Biomotriz (Revista 2) “destina-se a publicação de trabalhos científicos originais e revisões nas subáreas da Educação Física, Fisioterapia, Educação, Ensino, Saúde coletiva e temas interdisciplinares” e está vinculada com a Universidade de Cruz Alta (Unicruz).

Os dados evidenciaram que, os artigos de Nozaki, Hunger e Ferreira (2022) e da Costa *et al.* (2022) estão diretamente vinculados à extensão universitária no campo da educação física e as suas implicações na formação inicial, e se encaixam no escopo da Revista 1, sendo uma escolha provável o foco da revista nas questões extensionistas.

No caso da Revista 2 que apresenta um escopo diversificado, o artigo de Ávila *et al.* (2022) encontra uma conchava entre os autores que pertencem a diferentes cursos da saúde e a temática que ronda um projeto de extensão que utiliza essas áreas diversas para sua realização. A pesquisa de Hartwig *et al.* (2022) por sua vez liga-se aos aspectos da educação física, pensando a extensão universitária em consonância com a formação inicial, temática esta que se encaixa no escopo da Revista 2, entretanto, também se mostra apta para a Revista 1, sendo uma escolha dos autores a publicação na Revista 2.

## Principais temáticas das pesquisas selecionadas sobre a curricularização da extensão e a extensão

O Artigo 1 (Nozaki, Hunger, Ferreira, 2022) apresenta a relação entre a práxis e a curricularização da extensão universitária no campo da educação física (EF). Se trata de uma pesquisa qualitativa, envolvendo 14 profissionais da EF, que já haviam atuado como bolsistas ou estagiários em diferentes projetos de extensão, foi utilizado um questionário e entrevista como instrumento de coleta, as indagações giram em torno da experiência vivida nos projetos de extensão e na contribuição desses com a práxis pedagógica. Constatou-se que a extensão universitária permite o desenvolvimento de características pertinentes à identidade profissional desse futuro docente, entretanto os autores reconhecem os desafios que devem ser superados em relação à extensão universitária.

A práxis pedagógica se trata do processo de transformação do profissional a partir do diálogo entre a teoria e a prática, sendo um processo de ação reflexiva, essa ação contribui para uma formação humana do futuro docente. (Bezerra *et al.* s/d) Nesse sentido, a extensão se apresenta como centralidade nesse processo de vivências e experiências pedagógicas no processo de formação, pois, ao delinear sua identidade profissional é possível romper com a alienação dada na especificidade da reprodução do sistema. Tal reflexão dialoga com o Artigo 1 quando os autores apontam que “a extensão universitária pode estimular a construção da práxis” sendo assim constata-se que a extensão universitária é um campo amplo e transformador que proporciona a reflexão crítica, a construção de conhecimentos interdisciplinares e das práticas pedagógicas que se articulam com a diversidade, inclusão e igualdade.

Esses benefícios podem ser analisados, também no Artigo 2 (Ávila *et al.* 2022), que se apresenta enquanto uma pesquisa qualitativa, realizadas com os acadêmicos do curso de Educação Física da UNIJUÍ, a pesquisa foi realizadas durante o primeiro semestre de 2021 durante a realização de uma disciplina, o estudo objetivou compreender a percepção dos acadêmicos sobre a participação em uma das ações do projeto de “Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência” especificamente no “Movimento Delivery”, sendo assim, o estudo conclui que a curricularização da extensão agrega no processo de formação e promove qualificação dos futuros profissionais, as autoras ainda pontuam que “essas vivências deveriam acontecer com mais frequência durante a graduação, bem como, por meio dos componentes curriculares”

Reiteradas as potencialidades da extensão universitária, se faz importante afirmar que a indagação das autoras acerca da frequência com que a extensão se apresenta durante a graduação, e nos componentes curriculares é pertinente. É para sanar esse questionamento que se apresenta uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a estratégia 7 da meta 12 busca:

assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (Brasil, 2014)

Se encontra amparado pela Lei a necessidade de ampliar os campos que envolvem a extensão, e as IES têm até o final de 2022 para implementar essa meta, o que apresenta a reflexão de que não é necessário a criação de novas disciplinas, mas sim extensionalizar as que já existem, dialogando com programas e projetos de extensão já existentes na universidade, e garantindo ao futuro docente uma formação inicial humanizada e de qualidade.

Sendo necessário um maior incentivo no campo extensionista, o Artigo 3 (Da Costa *et al.* 2022) aponta a importância da extensão universitária e seu objetivo é entender a contribuição da extensão na formação acadêmica de egressos dos cursos de EF da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e traçar o perfil dos estudantes que participaram de algum projeto de extensão. Como resultados, os respondentes relatam que a participação em projetos de extensão contribuiu para o aprendizado na graduação e afirmaram que utilizam os conhecimentos da extensão no campo profissional e que a vivência da extensão possibilitou contratações e melhorias na composição do currículo. Os autores compreendem que a extensão auxilia no aprendizado das disciplinas que compõem a matriz curricular e na atuação no mercado de trabalho. Os dados indicam uma relação entre ensino e extensão, e os autores reforçam a necessidade de um maior investimento e incentivo no campo extensional nas universidades.

O estudo apresenta que existe uma relação forte entre o ensino e a extensão, o que levanta a necessidade de reflexão acerca da tríade que compõe a universidade, essas ações formativas estão articuladas umas com as outras e não devem se dissociar, Nozaki (2012) aponta que alguns profissionais olham para essas ações de forma separada, como se elas não se relacionassem, essa visão distorcida acarreta em uma lacuna na educação, uma vez que o ensino e a pesquisa se fazem presentes de forma mais aparente do que a extensão.

O Artigo 4 (Hartwig *et al.* 2022) objetiva identificar a percepção dos participantes acerca da qualidade dos projetos de extensão da ESEF/UFPEL em relação a organização, satisfação e pertinência com a formação dos estudantes, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, onde de forma aleatória foram selecionados 50% dos projetos de extensão ativos e vinculados a ESEF/UFPEL. Os resultados concluem que os acadêmicos e os participantes dos projetos valorizam os mesmos, o que reflete a permanência, motivação e incentivo para a prática com qualidade.

Gonçalves (2015) afirma que a consolidação do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é um desafio atual, e a fim de contemplar o ideário da extensão a formação inicial deve envolver uma discussão e caminhos para a flexibilização curricular. De forma que, o ensino, a pesquisa e a extensão dialoguem entre si e tragam

uma oportunidade de reflexão entre a teoria e a prática, uma vez que a extensão busca ser uma “via de mão dupla” como coloca Gadotti (2017), democratizando o conhecimento acadêmico e entrelaçando saberes e conhecimentos, o Artigo 4 afirma a satisfação dos estudantes extensionistas e da comunidade geral, essa troca, possibilita o retorno do conhecimento para a universidade e consolidando a relação da universidade com as demandas sociais, levando em consideração a formação humana e transformadora dos atores envolvidos no processo..

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa elucidou as potencialidades e fragilidades do processo de curricularização da extensão, que apesar de ser uma discussão recente, se ancora na legislação desde 1961. Conclui-se que a formação inicial encontra em seu cerne a tríade do ensino, pesquisa e extensão, as quais não devem apresentar-se dissociadas, mas sim em consonância para que possa resgatar os saberes e conhecimentos da comunidade geral, e repassar os conhecimentos acadêmicos acerca de diversos assuntos.

Reiterado que a extensão possui papel fundamental no desenvolvimento da identidade docente e da práxis pedagógica, oferecendo aos seus estudantes a possibilidade de refletir acerca do papel que desenvolvem em sociedade e da contribuição que podem oferecer à comunidade acadêmica e geral, gerando uma troca de conhecimentos que enriquecem cada vez mais os participantes desses projetos.

Salienta a escassez de produções na área específica da educação física e recomenda-se realizar a pesquisa novamente no ano de 2024, pois é em 2023 que as universidades devem legitimar a Meta 12.7 proposta no PNE, podendo gerar uma comparação e um possível crescimento nas ações extensionistas que possivelmente podem vir a beneficiar ainda mais as trocas entre a comunidade e a universidade.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, L. A *et al.* A Curricularização da Extensão: Feedback de Acadêmicos do Curso de Educação Física Sobre uma Vivência Realizada Junto ao Projeto Atenção À Saúde da Pessoa com Deficiência da Unijuí. **BIOMOTRIZ**, v. 16, n. 1, 2022.

BEZERRA, D. M. *et al.* A Práxis Pedagógica na Formação de Professores Reflexivos no Pibid/Pedagogia da Urca. s/d.

BORDIEU, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: **Francisco Alves**, 1992.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2022

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Versão Homologada – Educação Básica. Ministério da Educação, dezembro, 2018b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Disponível em: < [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2022

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº. 2, de 1º de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Disponível em: < [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA) > Acesso em: 03 jun. 2022

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasil**. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)> Acesso em: 03 jun. 2022

CROSSETTI, M. G. O.. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. **Rev Gaúcha Enferm**. V.33, n.2, p.8-9. Porto Alegre, RS, 2012.

DA COSTA, I. H. *et al*. Contribuição da extensão universitária na formação em educação física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 2, p. 161-172, 2022.

FLORES, P. P. *et al*. Análise da produção científica brasileira sobre badminton: uma revisão integrativa. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 2, p. 63-70, 2020.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

GIL, A. C. *et al*. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.

HARTWIG, L. F. *et al*. A Extensão Universitária e Suas Interfaces com a Formação Inicial em Educação Física. **BIOMOTRIZ**, v. 16, n. 1, p. 94-106, 2022.

LUNA, S. V. Planejamento de pesquisa: uma introdução. 2 ed. São Paulo: **EDUC**, 2017.

MIESE, M. C. **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO INTEGRAL**: dos imperativos conceituais desenhados nas políticas curriculares à perspectiva dos gestores municipais. 2022. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

NOZAKI, J. M; HUNGER, D.; FERREIRA, L. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 4 mar. 2022.

NOZAKI, J. M. Os significados e as implicações da Extensão Universitária na Formação Inicial e na Atuação Profissional em Educação Física. 2012.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 4 ed. São Paulo: **Atlas**, 2017.